

**ÍRIS VÂNIA SANTOS ROSA**

Mestre e Doutora em Direito Tributário pela PUC-SP.  
Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Especialista em  
Processo Tributário pela COGEAE-PUC/SP. Professora dos  
Cursos de Especialização do IBET e da COGEAE-PUC/SP.

# **A PENHORA NA EXECUÇÃO FISCAL**

## **PENHORA “ON LINE” E O PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE**

São Paulo

2014

Copyright © 2014 By Editora Noeses  
Fundador e Editor-chefe: Paulo de Barros Carvalho  
Editora Assistente: Semíramis Oliveira  
Gerente de Produção Editorial: Alessandra Arruda  
Arte e Diagramação: Denise Dearo  
Designer de Capa: Marcos Duarte  
Revisão: Semíramis Oliveira

CIP - BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

---

**R7105** Rosa, Íris Vânia Santos  
A penhora na execução fiscal / Íris Vânia Santos Rosa.  
São Paulo : Noeses, 2014.

Inclui Bibliografia.

271p.

1. Direito. 2. Penhora. 3. Execução Fiscal. I. Título.

CDU -340

---

Outubro de 2014

Todos os direitos reservados



Editora Noeses Ltda.

Tel/fax: 55 11 3666 6055

[www.editoranoeses.com.br](http://www.editoranoeses.com.br)

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>XV</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>XIX</b>
<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: REALIDADE, CO- NHECIMENTO E LINGUAGEM .....</b>	<b>1</b>
1.1. Realidade, Conhecimento e Linguagem .....	1
1.1.1. Tipos de Linguagem.....	7
1.1.2. Linguagem Social e Linguagem do Direito ..	9
1.2. Incidência e Aplicação Normativa .....	16
1.3. Norma Jurídica Completa .....	21
1.4. Coerção, Coação, Jurisdição e Processo .....	23
1.5. Segurança Jurídica e Processo.....	34
1.6. Valores Positivados .....	41
1.7. Justificativas .....	47
<b>2. PREMISSAS MATERIAIS E PROCESSUAIS .....</b>	<b>49</b>
2.1. Processo de Positivação do Direito .....	49
	<b>XI</b>

2.1.1. Classificação das Ações Tributárias .....	53
2.2. Momento para a Propositura da Execução Fiscal..	55
2.3. Requisitos para Propositura da Execução Fiscal ...	58
2.3.1. Lançamento Tributário .....	58
2.3.1.1. Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM.....	63
2.3.2. Processo Administrativo Tributário – Considerações .....	64
2.3.2.1. Princípios Informadores do Processo Administrativo Tributário .....	65
2.3.2.2. Processo e Procedimento – Fases do Processo Administrativo.....	69
2.4. Impugnações Administrativas .....	71
2.4.1. Fase Litigiosa do Processo Administrativo Fiscal.....	72
2.5. Certidão de Dívida Ativa – CDA .....	77
2.6. Título Executivo Fiscal: Certeza, Liquidez e Exigibilidade.....	80
<b>3. EXECUÇÃO FISCAL – 1ª FASE .....</b>	<b>83</b>
3.1. Aspectos Gerais .....	83
3.1.1. Teoria Geral do Processo e Execução Fiscal.	83
3.1.1.1. Princípios Gerais e Específicos .....	92
3.1.2. Legislação Aplicada .....	94
3.1.3. Principais Incompatibilidades entre a LEF e o CPC .....	98
3.2. Aspectos Específicos .....	110
3.2.1 Competência para Ajuizar a Execução Fiscal	110

## A PENHORA NA EXECUÇÃO FISCAL

3.2.2. Procedimento: Petição Inicial e Despacho, Citação e Garantia da Execução .....	113
3.2.3. Partes, Causa de Pedir e Pedido .....	121
<b>4. EXECUÇÃO FISCAL – 2ª FASE .....</b>	<b>127</b>
4.1. Defesas do Executado: .....	127
4.1.1. Exceção de Pré-Executividade.....	127
4.1.2. Embargos à Execução Fiscal .....	142
4.2. Execução Fiscal e Ação Anulatória de Débito Fis- cal .....	145
4.3 A Pré-Penhora.....	152
4.4. Arrolamento Administrativo de Bens .....	153
4.5. Medida Cautelar Fiscal .....	156
<b>5. ASPECTOS GERAIS DA PENHORA .....</b>	<b>161</b>
5.1. Conceito de Penhora e Aplicação Legislativa: LEF x CPC .....	161
5.2. Natureza Jurídica .....	169
5.3. Objeto e Procedimentos Gerais.....	173
5.3.1. Substituição da Penhora .....	186
5.3.2. Limites Intrínsecos.....	195
5.3.3. Limites Extrínsecos.....	196
5.3.3.1. Bens Impenhoráveis.....	196
5.4. Efeitos da Penhora.....	201
5.5. Consequências da Penhora: Alienação, Adjudicação e Usufruto.....	207

<b>6. PENHORA “ON LINE” E O PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE.....</b>	<b>213</b>
6.1. Penhora “On line” – Procedimento .....	213
6.1.1. Aspectos Positivos .....	222
6.1.2. Aspectos Negativos .....	224
6.2. Princípio da Menor Onerosidade na Jurisprudência .....	229
6.3. Balizas Legislativas e Jurisprudenciais em Busca da Satisfação do Crédito Tributário por meio da Penhora “On Line” .....	234
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>239</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>243</b>